

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS COLEGIADO(S) DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (CODETERS) DA
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA BAHIA (2010 À 2018)**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-296>

Data de submissão: 28/02/2025

Data de publicação: 28/03/2025

Oriana Araujo

Doutora em Geografia
Universidade Estadual de Feira de Santana
E-mail: oasilva1@uefs.br
ORCID: 0000-0003-4536-1902
LATTES: 8337667025544215

Lucimara Rocha de Souza Bastos

Graduada em Geografia
Universidade Estadual de Feira de Santana
E-mail: lucimarabastos62@gmail.com
ORCID: 5307060259835209

Edinusia Moreira Carneiro Santos

Doutora em Geografia
Universidade Estadual de Feira de Santana
E-mail: nusia@uefs.br
ORCID: 0000-0003-3396-0211
LATTES: 9674908412734129

RESUMO

A análise da estrutura e funcionamento dos CODETERs (Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável) teve como procedimento base a análise documental dos instrumentos legais que regulamentaram a Política Territorial da Bahia e dos planos elaborados no âmbito desta política, revelou que, apesar de sua importância para o desenvolvimento territorial participativo, muitos enfrentavam limitações e estagnação devido a problemas de gestão, financiamento e capacitação. Destacou-se a falta de empoderamento da sociedade civil e a desarticulação nos Colegiados, resultando em dificuldades na elaboração de políticas públicas. A investigação também evidenciou a ausência de Câmaras temáticas em cinco CODETERs, indicando menor articulação. De 2010 a 2018, a maioria dos membros eram da sociedade civil, com algumas exceções, a exemplo do Recôncavo. Enquanto alguns CODETERs aumentaram o número de integrantes, outros apresentaram redução, a exemplo do Velho Chico e Irecê. Apesar da intenção de escuta da diversidade, a prática não refletiu plenamente a teoria atribuída a estes Colegiados. Para fortalecer os CODETERs, deve-se ampliar a contratação de agentes de desenvolvimento e consultorias, tornando os Colegiados estruturas centrais no fomento de políticas públicas. O fortalecimento dos CODETERs representa uma oportunidade para a elaboração de políticas públicas mais alinhadas com as necessidades sociais, considerando a participação tanto da sociedade civil quanto do poder público.

Palavras-chave: CODETERs. Territórios de identidade. Política territorial da Bahia. Participação social.

1 INTRODUÇÃO

A composição da Política de Desenvolvimento Territorial no estado da Bahia nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) está atrelada a uma série de mecanismos institucionais que visaram a efetiva participação popular. Um destes mecanismos é o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), que deve ser constituído por representantes da sociedade civil e do poder público para a elaboração de programas, projetos e ações que proporcionem desenvolvimento aos respectivos e novos recortes espaciais chamados de territórios de identidade que foram estabelecidos a partir de 2007, com a eleição de Jaques Wagner.

A instituição dos CODETERs foi realizada pelo Decreto 12.354/10, que no seu décimo artigo, estabelece:

Art. 10 – São Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs os fóruns consultivos de discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, compostos paritariamente por representantes dos poderes públicos estadual e municipal, e pela sociedade civil organizada, presentes na esfera de cada território.

(...)

Parágrafo 2º - Caberá aos CODETERs elaborar e aprovar, em plenária especialmente convocada para este fim, através do voto da maioria simples de seus membros constitutivos, seus regimentos internos, a serem homologados pelo CEDETER, nos quais constarão os deveres e atribuições dos seus componentes, a organização e a forma do seu funcionamento. (DIAS, 2016, p. 203).

As especificações dos CODETERs foram detalhadas na resolução 02/11 que dispõe sobre a organização do CEDETER (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial) e pela Lei 13.214/14 que dispõe sobre as diretrizes da política territorial da Bahia, seus instrumentos e instâncias, considerando o CODETERs como espaço de referência para o acompanhamento e discussão da política territorial, mas não necessariamente exclusivo (BAHIA, 2014).

A abrangência de todos os municípios da Bahia pelos CODETERs, já consolidada desde 2010, associada à ampliação da participação dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios, bem como a expansão da elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) entre 2010 e 2017, conforme destacado por Vieira (2018) evidenciam que a estrutura de sustentação da política territorial baiana vem atingindo seus objetivos (pelo menos do ponto de vista da estrutura e funcionamento).

Dias (2016) reconhece que há entraves para a consolidação da política territorial enquanto propulsora de desenvolvimento social de fato, mas destaca que há importantes avanços e aprendizados na tentativa de organizar a sociedade para a participação, bem como no ajuste do aparato estatal para a viabilização da participação.

Nesse sentido, esse texto tem como objetivo analisar a composição dos Colegiado(s) de Desenvolvimentos Territorial (CODETERs), que é uma das principais instâncias da política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia, a fim auxiliar a compreensão do Sistema Estadual de Desenvolvimento Territorial baiano, uma vez que há (re)criação de instrumentos normativos e metodológicos pelo governo do estado, a fim de efetivar a política territorial (participativa) pretendida.

Conhecer os pormenores de funcionamento dessa instância é importante para que se saiba sobre a distribuição dos diferentes agentes sociais envolvidos, bem como sejam fornecidos instrumentos para desvelar se tal concertação resulta, de fato, na ampla participação popular na gestão estatal realizada pelos governos petistas até 2018.

2 METODOLOGIA

A pesquisa sintetizada neste artigo é parte da pesquisa mais ampla intitulada Política Territorial e Desenvolvimento Rural: a ação do Estado e dos Movimentos Sociais, realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa e Geografia e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Como a Política de Desenvolvimento Territorial no estado da Bahia foi impulsionada a partir das ações da esfera federal, inicialmente foi necessário rever a literatura sobre a temática da política territorial, territórios rurais e também as referências sobre o processo de implantação dos territórios rurais a partir do Programa Territórios da Cidadania, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário; a elaboração do referencial teórico foi assim o procedimento inicial.

O principal procedimento metodológico adotado foi a análise documental dos materiais abaixo listados:

- ✓ Legislação específica do CODETERs (Lei Nº 13.214 de 29/12/2014);
- ✓ Decreto nº 12.354 de 25/08/2010);
- ✓ Resolução nº02 de 22/01/2011;
- ✓ Regimentos internos dos CODETERs;
- ✓ Atas de algumas reuniões dos CODETERs;
- ✓ Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDS) ou Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) disponíveis entre os anos de 2010 a 2018;
- ✓ Redes sociais dos CODETERs e/ou dos territórios de identidade (sites, blogs e redes sociais - facebook).

Destaca-se como fonte primordial os Planos de Desenvolvimento Territorial - documentos que devem contar com a participação dos colegiados para sua elaboração, em razão de ter a função de conduzir o planejamento territorial de cada Território de Identidade por alguns anos. Os PTDSS possibilitaram a identificação da composição, estrutura organizacional e atribuições dos CODETER, além das características que conduzem e embasam o funcionamento dos colegiados.

Para ampliar as fontes realizou-se o contato com alguns colegiados territoriais, a partir das redes sociais identificadas ao longo da pesquisa, mas as dificuldades para ter acesso aos documentos produzidos pelos CODETERs acabaram criando barreiras para análise completa do seu funcionamento e atuação no período analisado (2010-2018).

Os sites, blogs e redes sociais (facebook) dos CODETERs ou dos territórios de identidade, em muitos casos, não apresentavam informações contínuas referentes aos seus desempenhos e quando apresentavam eram superficiais (salvo raras exceções).

Havia poucos CODETERs, a exemplo do Piemonte do Paraguaçu, Recôncavo Baiano, Médio Rio das Contas, Vale do Jiquiriçá, com informações mais contundentes que possibilitaram o acompanhamento da atuação dos colegiados.

A escassez da base de dados referentes a documentos essenciais dos colegiados como os regimentos internos e as atas foram entraves à pesquisa. Muitos blogs e redes sociais estavam desatualizados e quase não possuíam informação dos Colegiados (Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande Oeste da Bahia, Bacia do Jacuípe); não apresentavam qualquer tipo de informação divulgada na internet, sendo inviável o acompanhamento da atuação e desenvolvimento das suas atividades.

Durante todo período da pesquisa, foram realizadas diversas tentativas para conseguir os regimentos e as atas de CODETERs, mas o retorno institucional não acontecia, alguns materiais foram disponibilizados por técnicos ou localizados na internet. Assim, em função da amplitude do objeto de pesquisa com tal magnitude: 27 territórios de identidade que agregam 417 municípios é necessário que os dados sejam sistematizados em quadros e análises sintéticas, a fim de seja possível estabelecer analogias e inferências conexas e lógicas.

3 POLÍTICA TERRITORIAL DO GOVERNO PETISTA NA BAHIA: UM BREVE DEBATE

Depreende-se de Dias (2016) que, em 2003, a criação dos chamados territórios rurais, termo adotado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT) a partir do planejamento e

execução das políticas públicas com uma participação relevante da sociedade, notabilizou as discussões sobre a participação da sociedade.

A SDT estabeleceu uma definição própria para trabalhar com o planejamento territorial; dessa forma o território para a SDT é um:

[...] espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relevantemente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indica identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT, 2003, apud DIAS 2003).

Nesta perspectiva, o território dentro da conceituação formulada pela SDT passou a ser pensado como foco de planejamento público administrativo, iniciando um processo de desenvolvimento territorial pautado na gestão social.

A análise da relação do território e o poder apresentada por Silva (2018, p. 32) destaca a necessária superação da estreita relação que era feita entre “[...] a questão do território a partir da relação entre o conceito e a apropriação do espaço pelo Estado, definindo o território a partir dos limites das unidades administrativas”, numa relação equivocada, pois de acordo com Andrade (1994, apud SILVA 2018, p. 33) a noção de gestão de uma determinada área deve estar ligada à ideia de território e à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer seja ao poder das grandes empresas, considerando-se elementos como a identidade, conforme se depreende ainda de Haesbaert (2014) e Santos (2009).

Logo, no processo de tomada de decisões existem agentes hegemônicos que, na disputa de poder, podem exercer maior influência no estabelecimento e montagem das políticas que os agentes contra-hegemônicos, conforme demonstrado por Araujo da Silva (2018).

Com a posse do Governador Jaques Wagner em 2007 e o alinhamento com a política de planejamento do governo federal, foram criados territórios de identidades como recortes espaciais, com a seguinte compreensão:

[...] unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2014).

Para Souza (2008) a implementação dos Territórios de Identidade possibilitou o desenvolvimento de políticas mais efetivas, além de um novo planejamento territorial do estado da

Bahia. Ainda segundo o autor tais mudanças estruturam linhas gerais da Política Territorial, que se assentam na concepção de um modelo a ser seguido pelo Estado que deve levar em consideração a efetiva participação da sociedade civil em todas as etapas de desenvolvimento.

De acordo com Bahia (2014c) a adoção dos Territórios de Identidade enquanto unidades de planejamento permitiu avanços no planejamento público da Bahia, visto que considerava não só a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente, mas estabeleceu uma nova formulação das políticas públicas, pois, ao invés do Governo planejar PARA a sociedade este passou a fazer isto COM a sociedade.

No entanto, deve-se considerar que existem limitações dentro do meio político que delimitam até que ponto esta participação deve ocorrer, uma vez que é estabelecida a partir das relações de poder existentes na sociedade, as quais estabelecem, em última instância, a dinâmica do território (Silva, 2018).

Segundo (BAHIA, 2014d) as políticas territoriais proporcionaram uma nova etapa na forma de construção das políticas públicas, tornando-as mais democrática, transparente e participativa.

Para Vieira (2018) as políticas territoriais têm papel importante no que tange às atribuições dos territórios, pois se apresentam enquanto uma política pública ampla, que abrange uma maior denominação no sentido das políticas, “[...] uma escolha de prática governamental direcionada ao gerenciamento de conflitos nas respectivas escalas de ação” (Vieira, 2018, p.69) os quais são ocasionados pelos interesses do uso do território a partir de três grupos sociais: Estado, agentes privados e a sociedade civil, na busca de resolução para o uso e aproveitamento do território.

A política territorial para Souza (2008) funciona como ação do Estado para equipar o espaço com elementos que propiciem a implantação mais efetiva dos diversos aparatos técnicos. Já para Costa (2011) as políticas territoriais extrapolam a ideia de atividades planejadoras do Estado “[...] abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, em uma dada concepção do espaço nacional, uma estrutura territorial e, por fim, em mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas” (Costa, 2011, p. 13).

Considerando-se a análise realizada por Vieira (2018) sobre a política territorial como prática governamental e seus instrumentos de gestão, os quais são apontados por Fonseca (2005, apud VIEIRA, 2018) como mecanismos institucionais que regulam a ação governamental, abrangendo leis, decretos, programas e planos, pode-se destacar na Bahia, no governo Jaques Wagner, a instituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e a formalização dos Colegiados Territoriais ou Colegiados de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs) pelo decreto de nº.

12.354/10 e posteriormente sancionado pela Lei 13.214/14 (BAHIA, 2014), como mecanismos institucionais para efetivação das estratégias de participação popular.

Os dois órgãos foram instituídos como mecanismo do plano de governança solidária do governo Wagner, buscando atender a dimensão democrática e espacial elencadas no plano, conforme se comprehende de Vieira (2018).

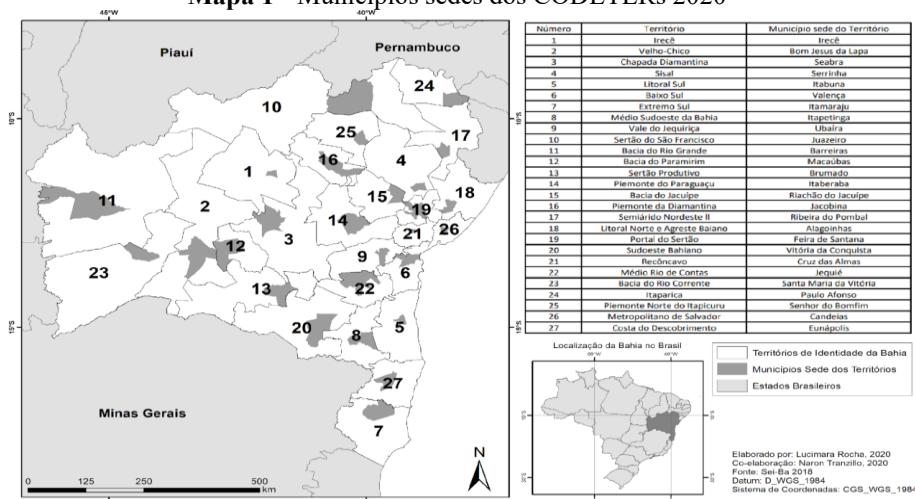
O CEDETER é um espaço consultivo para o debate social entre Estado e sociedade civil; uma das suas atribuições é a homologação dos Colegiados territoriais e dos seus regimentos internos, de modo que o CODETERs é um espaço de colaboração para o planejamento e a gestão de políticas públicas. Nesse sentido, conhecer sua organização e composição auxilia a compreender como os diferentes agentes sociais em cada território de identidade organizaram-se para o processo participativo na gestão estatal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs) são fóruns de discussão e de participação social, presentes em todos os Territórios de Identidade da Bahia e são instâncias de planejamento, cogestão e concertação de políticas públicas, programas e projetos (Bahia, 2018). Compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, buscam promover discussões a respeito de ações e projetos de desenvolvimento sustentável e solidário, auxiliando o CEDETER no cumprimento das suas competências de acordo com art. 14 da Lei 13.214/14 (BAHIA, 2014).

A Bahia possui 27 Colegiados Territoriais e todos apresentam sede em seu Território de Identidade originário (Mapa 1).

Mapa 1 - Municípios sedes dos CODETERs 2020



Elaboração: Lucimara Rocha

Legal e teoricamente a noção de Território de Identidade adotada pelo Governo do estado da Bahia busca muito mais que uma simples divisão por toponímia, pretendendo estimular o fortalecimento de vínculos, sejam eles econômicos, sociais, ambientais e culturais, que proporcionem governança solidária, com a sociedade, adotando formas e ferramentas mais democráticas para o processo de gestão e desenvolvimento do Estado da Bahia, as quais deveriam promover aderência às distintas necessidades territoriais, além de ampliar a efetividade das ações governamentais, fortalecendo a participação democrática (BAHIA, 2014).

Essa nova forma de governança passou a ser estabelecida no início do governo do petista Jaques Wagner (2007) e sua prática resultou na criação e inserção de mecanismos que proporcionassem uma participação social efetiva junto ao governo, seja por meio de conselhos, colegiados, consórcios ou do desenvolvimento de novos planos de desenvolvimento territorial para o estado da Bahia.

Dentre outros instrumentos, criou-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. Os dois órgãos devem funcionar de forma conciliada, através de diálogos constantes entre o CEDETER e os CODETERs, pois o CEDETER é responsável por criar procedimentos para o processo de homologação, elaboração e aprovação dos regimes internos dos CODETERs, sendo também responsável por analisar e sistematizar as propostas dos CODETERs referentes ao aprimoramento das políticas públicas de interesse comum dos Territórios de Identidade, de acordo com os incisos IX, X e XI da Lei 13. 214 de 29 de dezembro de 2014 (Bahia, 2014).

Conforme o Decreto 12. 354/10, para que haja um reconhecimento destes Colegiados é imprescindível que os CODETER cumpram as seguintes diretrizes (Bahia, 2018):

- ✓ Diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade;
- ✓ Representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados.

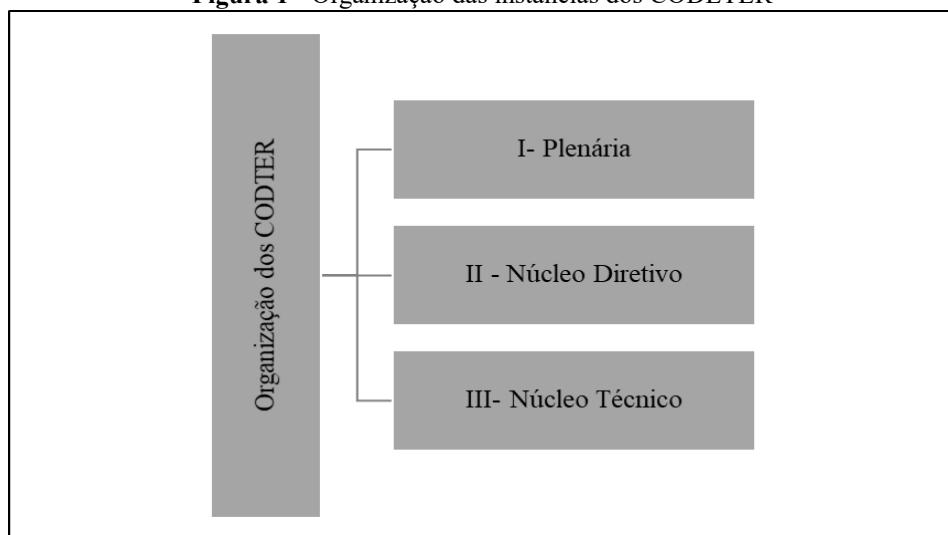
Os CODETERs devem possuir uma divisão paritária de seus representantes: 50% da sociedade civil e 50% do poder público e pode ser composto por representações sindicais, movimentos sociais, instituições públicas, organizações não-governamentais, iniciativa privada, instituições públicas municipais, estadual e federal (Resolução N°02, 2011). A escolha desses representantes ocorre a partir de votação, para mandato de 02 (dois) anos, podendo ocorrer a recondução (BAHIA, 2014).

O princípio de paridade, assim como a gestão social devem nortear as atividades que serão desenvolvidas pelos Colegiados, procurando envolver as diferentes dimensões de participação tanto

no âmbito social, cultural, ambiental e outros que compõem a estrutura dos territórios. Logo, os CODETERs devem buscar implantar e ampliar mecanismos e estratégias que qualifiquem seu funcionamento e composição.

De acordo com a Seção III art. 11 da Resolução 02/11 (Bahia, 2011f) para que estes Colegiados funcionem de forma organizada é necessário compor e colocar em funcionamento instâncias de gestão que respeitem os princípios democráticos. A figura 1 demonstra como os Colegiados devem organizar suas instâncias.

Figura 1 - Organização das instâncias dos CODETER



Fonte: Resolução nº 02/2011 (Bahia, 2011f). Elaboração: Lucimara Rocha.

As distintas instâncias funcionam a partir da Plenária que possui caráter deliberativo e consultivo, o que lhe confere certa “liberdade” na tomada de decisão nos seus respectivos territórios.

O Núcleo Diretivo tem caráter direutivo e executivo estruturado na coordenação do processo de desenvolvimento a ser inserido no Território, através da articulação de arranjos institucionais formados para permitir a execução do planejamento. Diferente do CEDETER os CODETERs ganham uma maior representatividade da sociedade civil na condução e elaboração das suas políticas.

O Núcleo Técnico atua como espaço de apoio técnico no processo de planejamento, elaboração e gestão de desenvolvimento, principalmente no apoio à materialização das propostas contidas nos planos, programas e projetos elaborados pelo Colegiado Territorial (Bahia, 2011f).

O processo de homologação dos Colegiados vai além da elaboração do plano de desenvolvimento, contando com eventos que proporcionem a introdução de medidas que garantam a estruturação e reestruturação dos Colegiados com princípios democráticos (Bahia, 2011f). Dessa forma, os Colegiados Territoriais deverão contribuir para o planejamento, gestão, monitoramento e

aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento, nos âmbitos federais, estaduais e municipais, as quais devem estar fundamentadas nas necessidades debatidas e acordadas com os agentes sociais envolvidos no desenvolvimento sustentável dos territórios (Bahia, 2011f).

Cada CODETERs apresenta uma organização diferenciada tanto na estrutura de gestão como nas atribuições e funcionamento, atendendo às especificidades dos seus setores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Em alguns casos não há paridade entre seus membros - representantes do poder público e da sociedade civil -, principalmente na composição do Colegiado, conforme revelado no quadro 01.

Quadro 1 - Síntese da Estrutura organizacional dos CODETERs da Bahia (2010 à 2018)

Instâncias de Gestão dos CODETER: a partir dos Regimentos Internos e Planos de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia				
Território		Instâncias: Estrutura organizacional	Composição do Colegiado	Composição das Instâncias de Gestão
01	Irecê	I Assembleia Geral	2010 88 representantes: 44 da sociedade civil 44 do poder público	2010 Comitê Gestor 14 representantes: 07 do poder público 07 da sociedade civil
		II Comitê Gestor		2017 Comitê Gestor 16 representantes: 07 do poder público 07 da sociedade civil
		III Núcleo Técnico		01 Coordenador territorial da sociedade civil 01 Articulador territorial do poder público
		IV Grupos de Trabalho	2017 78 representantes: 39 da sociedade civil 39 do poder público	2017 Núcleo técnico: (profissionais contratados ou cedidos por tempo determinado).
02	Velho Chico	I Plenária Territorial	2010 72 representantes: 31 do poder público (dentre eles 16 prefeituras) 41 da sociedade civil	2015 Coordenação executiva (mínimo 5 e no máximo 13 organizações)
		II Coordenação Executiva		Núcleo técnico: (profissionais contratados ou cedidos por tempo determinado).
		III Núcleo Técnico		Câmaras (mínimo 03 e máximo 05 membros)
		IV Câmaras Técnicas	2018 42 representantes: público, privado e sociedade civil	2018 8 representantes poder público sociedade civil
03	Chapada Diamantina	I Plenária	2010 32 representantes: 15 instituições do poder público	2010 Comitê Gestor: 10 representantes
		II Núcleo Diretivo		
		III Câmaras Técnicas		

		IV Comitês Temáticos	17 da sociedade civil	Núcleo Técnico: 18 instituições
04	Sisal	I Colegiado II Conselho de Administração III Conselheiros IV Conselho Fiscal	2010 41 representantes: 27 do poder público 24 da sociedade civil 2016 45 representantes: 26 do poder público 29 da sociedade civil	2010 Conselho de administração: 09 entidades e instituições 2016 Conselho de administração: 10 entidades e instituições Conselho fiscal: 03 entidades e instituições
05	Litoral Sul	I Grupo gestor executivo II Coordenação executiva III Núcleo técnico IV Câmara temática	2016 70 representantes: 35 poder público 35 da sociedade civil (dentre elas 10 associações)	2016 Grupo Gestor: 18 integrantes
06	Baixo Sul	I Colegiado II Grupo Gestor Territorial III Núcleo Diretivo IV Núcleo Executivo	2010 116 representantes: 58 do poder público 58 da sociedade civil 2016 115 representantes: 57 do poder público 58 da sociedade civil	2010 Grupo Gestor: 40 entidades Núcleo Executivo: 18 entidades 09 da sociedade civil 09 do poder público 2016 Núcleo diretivo 18 entidades 09 da sociedade civil 09 do poder público
07	Extremo Sul	I Plenária II Núcleo Técnico III Núcleo diretivo IV Câmaras temáticas	2016 96 representantes poder público sociedade civil	Não identificada
08	Médio Sudoeste da Bahia	I Plenária II Câmaras Temáticas III Núcleo Técnico IV Núcleo Diretivo	2016 43 representantes: 17 do poder público 26 da sociedade civil	Não identificada
09	Vale do Jequiricá	I Colegiado II Núcleo Diretivo III Núcleo Técnico IV Câmaras Técnicas	2015-2017 113 representantes: 22 do poder público 91 da sociedade civil	2015- 2017 Núcleo Diretivo: 04 representantes 02 da sociedade civil 02 do poder público Núcleo técnico:

				03 representantes
10	Sertão do São Francisco	I Plenária II Núcleo Diretivo III Câmaras Temáticas	2013 70 representantes: 35 do poder público 35 da sociedade civil 2018 68 representantes: 34 do poder público 34 da sociedade civil	2013 Núcleo Diretivo: 08 instituições 04 do poder público 04 da sociedade civil 2018 Núcleo Diretivo: 12 instituições 06 do poder público 06 da sociedade civil
11	Bacia do Rio Grande	I Plenária II Núcleo Diretivo III Núcleo técnico IV Secretaria Executiva V Câmaras temáticas	2018 95 representantes: 47 do poder público 48 da sociedade civil	2018 Núcleo Diretivo: 12 representantes: 06 do poder público 06 da sociedade civil
12	Bacia do Paramirim	I Plenária II Núcleo Diretivo III Núcleo técnico IV Câmaras temáticas	Não identificado	Não identificado
13	Sertão Produtivo	I Plenária II Núcleo Gestor III Núcleo Executivo IV Câmaras Temáticas	2010 50 representantes: 20 do poder público 30 da sociedade civil 2016 70 representantes: 35 do poder público 35 da sociedade civil	2010 Comitê Gestor: 10 dirigentes 2016 Núcleo Gestor: 10 entidades 05 do poder público 05 da sociedade civil
14	Piemonete do Paraguaçu	I Colegiado territorial II Comitê Gestor III Núcleo Técnico IV Câmaras Temáticas	2010 54 representantes: 26 do poder público 28 da sociedade civil 2016 142 representantes: 71 do poder público 71 da sociedade civil	2012 Comitê Gestor: 26 instituições 14 do poder público 12 da sociedade civil Comissão de Coordenação: 09 representantes Comissão de Finanças: 04 representantes
15	Bacia do Jacuípe	I Plenária II Núcleo Diretivo III Conselho IV Câmaras temáticas	2010 50 representantes: 14 do poder público 36 da sociedade civil 2016 51 representantes: 15 do poder público 36 da sociedade civil	Não identificado

16	Piemonte da Diamantina	I Plenária	Não identificado	Não identificado
		II Núcleo Diretivo		
		III Câmara Temática		
17	Semiárido Nordeste II	Não identificado	Não identificado	Não identificado
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	I Plenária	2017 63 representantes: 21 do poder público 42 da sociedade civil	2017 DIREX: 05 membros sociedade civil poder público
		II DIREX		
		III Núcleo Técnico		
		IV Câmaras Temáticas		
19	Portal do Sertão	I Assembleia (formada por 01 representante de cada instituição)	2015 a 2017 98 representantes: 34 do poder público 64 da sociedade civil	2015 a 2017 Núcleo Diretivo: 06 instituições Conselho Fiscal: 06 representantes
		II Núcleo Diretivo (05 coordenadores)		
		III Conselho fiscal		
		IV Câmaras Temáticas		
20	Sudoeste Baiano	I Plenária	2015 100 representantes: 50 do poder público 50 da sociedade civil	Não identificada
		II Núcleo Diretivo		
		III Instituição Coordenadora		
		IV Câmaras Temáticas		
21	Recôncavo	I Plenária;	2013-2017 34 representantes: 21 do poder público 13 da sociedade civil	2013-2017 Coordenação executiva: 07 representantes 04 do poder público 03 da sociedade civil
		II Coordenação Executiva;		
		III Conselho Fiscal;		
		IV Câmaras técnicas		
22	Médio Rio de Contas	Não identificado	Não identificado	Não identificado
23	Bacia do Rio Corrente	I Plenária	2010 26 representantes: poder público sociedade civil (maioria) 2016 46 representantes: 14 do poder público 32 da sociedade civil	2010 Núcleo Técnico: 07 representantes 03 do poder público 04 da sociedade civil Núcleo diretivo: 08 representantes 04 do poder público 04 da sociedade civil
		II Núcleo Diretivo		
		III Grupos Técnicos ou Câmaras Temáticas		
24	Itaparica	Não identificado	Não identificado	Não identificado
25	Piemonte Norte do Itapicuru	I Gestão social	2017 Núcleo de Gestão 36 instituições 18 do poder público 18 da sociedade civil	2017 Núcleo Executivo: 10 instituições Gestão social: 02 coordenadores 02 secretários executivos
		II Núcleo Executivo		
		III Núcleo de Gestão		
26	Metropolitano de Salvador	I Plenária Territorial	2010 42 representantes: 13 do poder público	2010 Núcleo Técnico: 09 representantes
		II Coordenação Executiva		

		III Núcleo Técnico IV Câmaras temáticas	29 da sociedade civil 2016 49 representantes: 16 do poder público 33 da sociedade civil	
27	Costa do Descobrimento	I Colegiado	2016 85 representantes: poder público sociedade civil	Não identificado
		II Núcleo Diretivo		
		III Núcleo Técnico		
		IV Câmaras Temáticas		

Fontes: PTDRS (Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Irecê, 2010) e PTDRS (Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Irecê, 2016); PTDS (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Velho Chico, 2010), PTDSS (Codeter Velho Chico, 2018) e Regimento Interno (2015); PTDS (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Chapada Diamantina, 2010) e PTDS (Codeter Chapada Diamantina, 2016); PTDSS (CODES SISAL, 2010) e PTDSS (CODES SISAL, 2016); Regimento Interno Litoral Sul e PTDSS (FERNANDES LITORAL SUL, 2016); PTDS (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO BAIXO SUL, 2010) e PTDS (Conselho Gestor do Território Baixo Sul, 2018); PTDRSS (CODETER EXTREMO SUL, 2016); PTDRSS (CODETER MÉDIO SUDOESTE, 2016); PTDRSS (CODETER VALE DO JIQUIRIÇÁ, 2017); PTDS (CODETER SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 2018) e Território Sertão do São Francisco; (CODETER Bacia do Rio Grande Oeste da Bahia) e Regimento Interno (2015); PTDS (CODETER BACIA DO PARAMIRIM, 2017); PTDRS (CODESP SERTÃO PRODUTIVO, 2010) e PTDRSS (CODESP SERTÃO PRODUTIVO, 2016); PTDS (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO PIEMONTE DO PARAGUAÇU, 2013) e (Rede de Comunicação do Território Piemonte do Paraguaçu); PTDSS (CODETER BACIA DO JACUÍPE, 2016) e PTDSS (CODES BACIA DO JACUÍPE, 2010); PTDSS (CODETER PIEMONTE DA DIAMANTINA, 2017); PTDS (CODETER LITORAL NORTE E AGreste BAIANO, 2017); PTDRSS (CODETER PORTAL DO SERTÃO, 2017), e Regimento Interno Portal do Sertão (2015); PTDRSS (CODETER SUDOESTE BAIANO, 2016); PTDRSS (CODETER RECÔNCAVO, 2017); (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Bacia do Rio Corrente, 2010) e PTDRSS (CODETER BACIA DO RIO CORRENTE, 2016); PTDRSS PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, 2017; PTDS METROPOLITANO DE SALVADOR (NUNES, 2010) e PTDRSS (CODETER METROPOLITANO DE SALVADOR, 2016); e PTDSS COSTA DO DESCOBRIMENTO, 2016. Elaboração: Lucimara Rocha e Oriana Araujo.

A composição e estrutura dos CODETERs apresentam um número significativo de instituições do poder público e da sociedade civil; é possível observar que em alguns territórios: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Metropolitano de Salvador e Litoral Sul, a estrutura organizacional dos CODETERs possui 04 ou 05 instâncias, enquanto o Extremo sul, o Sertão do São Francisco e o Piemonte da Diamantina possuem 03 instâncias; as instâncias da estrutura administrativa dos CODETERs não foram identificadas no Semiárido Nordeste II, Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru, uma vez que seus PTDSs não foram localizados para a análise.

A forma como os Colegiados se estruturam, bem como sua quantidade de representantes, além da sua capacidade de mobilização e articulação, influenciam no desenvolvimento de proposições, cujo efeito tem sido mais local que a nível territorial. A análise documental demonstrou que ainda havia certa limitação ao atendimento de editais e chamadas para programas do governo estadual, federal e

municipal, assim como a elaboração de projetos e programas - desafio a ser enfrentado pelos Colegiados territoriais.

Exemplo claro diz respeito às câmaras temáticas ou técnicas, comitês ou grupos de trabalho que são instâncias significativas para o apoio das discussões e encaminhamentos das propostas; apesar disso os Colegiados Territoriais não têm a obrigação de lhes colocaram como permanentes na sua estrutura organizacional, o que ocasionou a criação de câmaras temporárias e uma lentidão para seu desenvolvimento em alguns Colegiados territoriais, ignorando sua importância enquanto espaço de discussão de temas específicos que muitas vezes não aparecem nas demais reuniões das instâncias dos CODETERs. Dos 24 Colegiados Territoriais com PDTSS analisados, em 5 não foi possível identificar essas instâncias (Irecê, Extremo Sul, Bacia do Paramirim, Piemonte Norte do Itapicuru e Costa do Descobrimento).

O funcionamento dos CODETERs deveria ser financiado pelo governo estadual, através de convênios, os quais, segundo BAHIA (2014a, p. 6), deveriam disponibilizar “[...] recursos para a contratação de articuladores, realização de reuniões, oficinas e seminários para a construção de seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – PTDS, suas revisões e as atividades de gestão e planejamento territorial de um modo geral”.

Essa questão reforça a importância da preparação dos membros que compõem os Colegiados, mesmo que essa não seja uma tarefa fácil, como foi frisado pelo diretor de Planejamento Territorial da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) Thiago Xavier, ao relatar que “[...] o desafio é ampliar e qualificar a representatividade, diversidade e pluralidade nos Colegiados Territoriais” (Rede de Comunicação do Território Piemonte do Paraguaçu, 2011).

Segundo Rocha (2015) em 2010 o governo não estabeleceu uma relação com os Colegiados Territoriais de forma que lhe fortalecesse dentro da arena política e algumas das ações que advinham das escutas territoriais eram desconhecidas pelo governo, além de não serem publicadas, de modo que uma das reclamações dos membros das comissões dos Colegiados, era o não reconhecimento das demandas apresentadas pelo fórum quando eram executadas.

Não obstante às dificuldades, foi possível identificar alguns programas e políticas contemplados pelos CODETERs, especialmente a partir de submissões às chamadas de programas do governo federal, estadual e municipal, contemplando a municípios específicos (escala local): “As políticas públicas que mais são introjetadas pelos CODETER, discutidas e acompanhadas são aquelas referentes à agricultura familiar” (Rocha, 2015, p. 136).

É preciso destacar a colaboração de alguns órgãos públicos como as Universidades, Institutos Federais e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial que apoiaram os Colegiados na confecção de documentos, a exemplo dos Planos Territoriais de Desenvolvimento de Sustentável.

A análise da composição dos CODETERs demonstra que o princípio da paridade foi mantido em 06 deles; em 07 CODETERs não foi possível identificar a distribuição dos membros do Colegiado; quanto aos que não possuem paridade, destaca-se a não paridade com predomínio de representantes do poder público apenas no colegiado do Recôncavo; a não paridade com predomínio de membros da sociedade civil ocorria em 08 CODETERs, com destaque para o Vale do Jequiricá, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, cuja disparidade entre os membros é notória. Dessa forma, pode-se considerar que nos CODETERs baianos havia predomínio de agentes da sociedade civil até 2018.

Entre os anos de 2010 a 2018 alguns CODETERs aumentaram a quantidade de componentes: Sisal, Sertão produtivo, Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente e Metropolitano de Salvador, enquanto a quantidade de componentes diminuiu no Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Irecê e Velho Chico, com redução sensível nos dois últimos.

Segundo Rocha (2015) os motivos para saída dos movimentos sociais dos Colegiados territoriais estão relacionados à crítica contundente de que os CODETERs não corresponderam a espaços efetivos de deliberação e definição orçamentária por parte do Governo, de forma segmentada, a partir de demandas imediatas, ao invés de tratar de questões estratégias e territoriais.

Foi possível perceber que alguns Colegiados Territoriais se mostraram mais proativos que outros (a exemplo do Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Sisal, Recôncavo, Litoral Sul e Sudoeste Baiano), assumindo uma dinâmica e atuação própria, o que dependeu muito da organização da estrutura organizacional do Colegiado e atuação dos seus membros definindo o desenvolvimento das práticas estabelecidas, seja no seu funcionamento interno ou externo.

Rocha (2015) chama atenção para a denúncia dos Colegiados no ano de 2013 em relação à falta de estratégias pelo Governo para o fortalecimento do controle social nas ações governamentais, além da pouca atenção do Governo para com as demandas sociais, os espaços e as representações da governança territorial (Rocha, 2015) e destaca que, apesar de todo arcabouço teórico para o funcionamento do CODETER como fórum privilegiado de concertação da política territorial, isso só ocorreu quando o governo remeteu aos CODETERs a escolha de 20 prioridades para a pactuação do PPA Participativo 2012-2015, porém o autor indica que as propostas de fato não foram pactuadas e desrespeitou-se a paridade das propostas dos segmentos urbano e rural.

Nos anos seguintes alguns cursos de qualificação foram feitos para os Colegiados, no entanto não conseguiram ofertar o subsídio necessário para que os membros dos Colegiados, principalmente

os da sociedade civil, conseguissem ter a autonomia necessária para elaborar e opinar no desenvolvimento de políticas territoriais.

É preciso considerar ainda que a permanência dos membros no Colegiado é de apenas 02 anos e que suas reconduções nem sempre ocorrem, o que significa uma grande rotatividade de representantes, exigindo também a preparação e capacitação para esses novos participantes. Essa dificuldade é relatada nos Planos de Desenvolvimento Territorial dos territórios como limites a serem vencidos pelos Colegiados.

Os planos territoriais analisados abrangem o período do governo Jaques Wagner (2007- 2015) até sua transição para o governo Rui Costa (2015-2018), de modo que pode-se concluir que as dificuldades relatadas foram se prolongando de governo para governo, sem um plano efetivo para amenizar ou resolver essa situação.

No período de transição de governadores, agravou-se a falta de auxílio para o desenvolvimento das atividades dos Colegiados e houve pausa nas reuniões; as informações dos Colegiados territoriais praticamente desapareceram nesse período nos sites e blogs consultados.

Embora o governo Rui Costa - no início das atividades junto aos Colegiados no dia 27 de janeiro de 2015, no seminário para apresentação das novas diretrizes do PPA 2016-2019 -, tenha ressaltado a importância da participação popular nos governos anteriores e no seu futuro governo, reafirmando compromisso com as estratégias de desenvolvimento territorial e garantindo a ampliação do apoio governamental para o fortalecimento dos colegiados territoriais, observa-se que os problemas dos CODETERs não foram resolvidos.

Apesar de inserirem na Bahia a possibilidade da escuta da diversidade de grupos que os compõem, no período analisado não corresponderam ao aporte teórico e jurídico que lhe fora atribuído, havendo a necessidade de seu fortalecimento pelo Governo, para de fato, atuarem como estruturas centrais no fomento, articulação e conquista de políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento territorial sustentável, evitando que restrinjam-se à condição de auxiliares na divulgação e na organização dos programas ou políticas públicas do governo federal no âmbito territorial/local, como os qualificou Silva (2017).

Entretanto, destaca-se que a existência dos CODETERs já faz diferença em relação ao processo participativo no planejamento estatal, haja vista que estimula a inserção das demandas sociais específicas de cada território de identidade, debatidas pelos diferentes agentes sociais, que apesar de ainda não conseguirem fazer mover todas as forças necessárias para a contemplação de todas as demandas, passam a desempenhar papel importante na elaboração das políticas públicas, com grandes potencialidades.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu identificar as instâncias que compõem os CODETERs (Colegiado de Desenvolvimentos Territorial), possibilitando a análise comparativa da constituição dos CODETERs por território de identidade, ao detalhar sua composição e funcionamento. Tal diagnóstico subsidia a análise de sua condição na política territorial baiana, bem como da participação da sociedade civil e do poder público na gestão estatal.

Concluiu-se, a partir dos PTDSS analisados até 2018, que apesar de ser instituído como mecanismo de suma importância para o desenvolvimento territorial participativo, a funcionalidade e o desempenho esperado pelos CODETERs encontravam-se limitados ou estagnados, devido à dificuldades relacionadas à gestão, financiamento ou aparato do governo para o acontecimento das suas atividades.

Um dos grandes problemas identificados nos Colegiados foi a falta de empoderamento da sociedade civil na elaboração de propostas de políticas públicas que colaborassem para sanar ou amenizar as dificuldades reais dos municípios, além da própria desarticulação dos Colegiados para montagem de estratégias territoriais. Esse imbróglio é resultado da falta de planejamento e capacitação governamental para os diferentes agentes dos CODETERs, bem como de sua inexperiência com o processo de elaboração de documentos e projetos com a participação de representantes da sociedade civil.

Quanto à estrutura administrativa, em 5 Colegiados não foi possível identificar Câmaras temáticas: Irecê, Extremo Sul, Bacia do Paramirim, Piemonte Norte do Itapicuru e Costa do Descobrimento, o que indica o não estabelecimento de núcleos ou grupos de trabalho para tratar de temas diversos e elaborar proposições, demonstrando menor articulação e, certamente poder de negociação desses Colegiados.

Concluiu-se que, no período de 2010-2018, nos CODETERs baianos havia predomínio de agentes da sociedade civil, uma vez que são maioria em 08 CODETERs, dos quais destacam-se o Vale do Jequiriçá, a Bacia do Jacuípe e o Portal do Sertão, com maior desproporção entre membros da sociedade civil e do poder público. Os membros do poder público eram maioria apenas no CODETER do Recôncavo. Em 06 CODETERs o princípio da paridade foi mantido; não foi possível discernir a distribuição dos membros em 07 CODETERs.

Entre os anos de 2010 a 2018 alguns CODETERs aumentaram a quantidade de componentes: Sisal, Sertão Produtivo, Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente e Metropolitano de Salvador, enquanto a quantidade de componentes diminuiu no Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Irecê e Velho Chico, com redução sensível nos dois últimos.

Os Colegiados Territoriais inseriram a possibilidade da escuta da diversidade de grupos que os compõem na gestão estatal, no entanto a realidade dos CODETERs no período analisado não correspondeu ao aporte teórico e jurídico que lhe fora atribuído.

O fortalecimento dos CODETERs depende de ações mais contundentes do Governo do estado, a exemplo da ampliação da contratação de agentes e coordenadores de desenvolvimento territorial, bem como de consultorias para elaboração de projetos, para que possam, de fato, atuar como estruturas centrais no fomento, articulação e proposição de políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento territorial sustentável. Desvelar como esse processo evoluiu é uma agenda de pesquisa importante.

A ação dos CODETERs impregna o planejamento estatal de mais um campo de proposições e disputas, uma vez que a pactuação de propostas gestadas nos próprios territórios de identidade já advém de um processo de participação social, a partir da atuação de seus membros, que representam a sociedade civil e o poder público, de modo que sua existência - enquanto campo político - representa uma possibilidade e a potencialidade de elaboração de políticas públicas calcadas nos anseios sociais, produzidas por aqueles que sentirão os efeitos da ação do Estado, agora como co-partícipes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação (PPPG), da Universidade Estadual de Feira de Santana, pelo apoio à pesquisa e ao Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais da UEFS, ao qual as professoras são vinculadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Mário et al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Irecê-BA, 2010.

ARAUJO DA SILVA, Oriana. **A territorialidade dos movimentos sociais urbanos**: a luta pela habitação popular no Estado da Bahia. Tese de doutorado em Geografia. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2018.

BAHIA. A política territorial e a participação social. Bahia, 2014. BAHIA, 2014a. Disponível em: <encurtador.com.br/gwL68>. Acessado em 11 de outubro de 2019.

BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o programa territórios de identidade e dá outras providências. Casa civil- Legislação Estadual, 2014. BAHIA, 2010b. Disponível em: <www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 04 de setembro. 2019.

BAHIA. **Decreto nº 16.792 DE 17 DE JUNHO DE 2016**. Institui a Agenda Territorial da Bahia - AG-TER e dá outras providências. Salvador, 2016. Bahia, 2016c.

BAHIA. **Lei n.º13.214, de 2 de dezembro de 2014**. Institui o conselho estadual de desenvolvimento territorial- CEDETER e os colegiados territoriais de desenvolvimento sustentável – CODETERs. Casa civil- Legislação estadual, 2015. BAHIA, 2014d. Disponível em: <www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 03 de setembro. 2019.

BAHIA. **Política Territorial do Estado da Bahia**. Bahia, 2014. BAHIA, 2014e. Disponível em:<encurtador.com.br/vBC12>. Acessado em 23 de outubro de 2019.

BAHIA. **Resolução CEDETER nº 02 de 25 de fevereiro de 2011**. Diário oficial. Salvador, 2011. Bahia 2011f.

BAHIA. Relação de Coordenadores de Colegiados- Por Território de Identidade, [2020?]. BAHIA, 2020g. Disponível em: <encurtador.com.br/EMPXZ>. Acessado 01 de Janeiro de 2020.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Apresentação Território Portal do Sertão. Feira de Santana, [2018?]. 18 slides, color. Acompanha texto. CODETER PORTAL DO SERTÃO, [2018?]a.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Apresentação Território Portal do Sertão. Feira de Santana, [2018?]. 15 slides, color. Acompanha texto. CODETER PORTAL DO SERTÃO, [2018?]b.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BACIA DO RIO GRANDE OESTE DA BAHIA. Apresenta informações do CODETER da Bacia do Rio Grande. Disponível em: <encurtador.com.br/elnzO>. Acessado em: 02 de março de 2020.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Feira de Santana. Ata da reunião de análise das manifestações de interesse edital de chamada pública nº 10/2018. 22/05/2018. CODETER PORTAL DO SERTÃO, 2018c.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Feira de Santana. Ata da reunião de análise das manifestações de interesse: edital de nº 11/2018 – seleção de subprojetos socioambientais para comunidades

quilombolas do Bahia produtiva. 10/2018. CODETER PORTAL DO SERTÃO, 2018d.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Feira de Santana. Ata de reunião da câmara técnica de cultura do colegiado territorial de desenvolvimento sustentável portal do sertão. 24/02/2016. CODETER PORTAL DO SERTÃO, 2018e.

CODETER PORTAL DO SERTÃO. Feira de Santana. Ata da reunião de análise das manifestações de interesse edital de chamada pública nº 13/2018 - seleção de subprojetos de qualificação de agroindústrias da agricultura familiar do Bahia produtiva. 23/04/2018. CODETER PORTAL DO SERTÃO, 2018f.

CODETER RECÔNCAVO. Disponível em: <<https://tireconcavo.blogspot.com/>>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DA BACIA DO PARAMIRIM- CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Paramirim – PTDS. Bacia do Paramirim.** CAR, SDR, SEPLAN. BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/mtwO3>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DA BACIA DO RIO GRANDE- CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável- PTDS Bacia do Rio Grande.** CAR, SDR, SEPLAN. Bahia, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/ehqGK>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE – CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e solidário do Território Bacia do Rio Corrente - PTDRSS.** Santa Maria da Vitória.2^a. ed. Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/lLPW5>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DA CHAPADA DIAMANTINA- CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDS da Chapada Diamantina.** CAR, IFBA, NEDET, SEPLAN. Chapada Diamantina, BA, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/impGL>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO EXTREMO SUL – CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia – PTDRSS.** Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/dyHMT>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DO SERTÃO. Feira de Santana, 2015.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE E AGreste BAIANO CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário –PTDS do Litoral Norte e Agreste Baiano.** Alagoinhas, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/fBR38>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DA MÉDIO SUDOESTE - CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável –PTDRSS do Médio Sudoeste.** 1^a.ed. Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/nqLW9>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO METROPOLITANO DE SALVADOR- CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário –PTDRSS do Metropolitano de Salvador.** Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/JVW37>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO PIMONTE DO PARAGUAÇU. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário – PTDSS do Piemonte do Paraguaçu.** SDR, SEPLAN. 2ª atualização. Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/grO25>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário-PTDRSS do Piemonte Norte do Itapicuru.** Senhor do Bonfim, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/vHTZ5>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DA DIAMANTINA – CODETER/ TIPD. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário –PTDSS do Piemonte da Diamantina. CODETER TIPD.** Piemonte da Diamantina, BA, 2017.

COLEGIADO TERRITORIAL DO PORTAL DO SERTÃO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário – PTDRSS do Portal do Sertão.** UFRB, Feira de Santana, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/ltR03>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário – PTDRSS do Recôncavo.** UFRB. Cruz das Almas, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/avxW5>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA – CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário –PTDS Sertão do São Francisco. TSS-BA.** Juazeiro, BA, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/o2349>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá- PTDRSS. UFRB, CNPq, MDA.** Amargosa – BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/jDKMT>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COLEGIADO TERRITORIAL DO SUDOESTE BAIANO-CODETER. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário- PTDRSS.** Vitoria da Conquista. Bahia, 2016.

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe. **Plano - CODES Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário-PTDSS da Bacia do Jacuípe.** Bahia, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/btCU5>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SISAL- CODES. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal.** Bahia, 2010.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA BACIA DO JACUÍPE - CODETER. **II Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS**

da Bacia do Jacuípe. Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/hqDOW>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO – CGT. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável- PTDS do Baixo Sul. Colegiado do Território Baixo Sul da Bahia- CODETER, Núcleo Diretivo Territorial – ND. Bahia, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/ksMWY>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO – CGT. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDS do Baixo Sul. Colegiado do Território Baixo Sul da Bahia- CODETER, Núcleo Diretivo Territorial – ND. Bahia, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/frCNR>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-CODETER. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS de Irecê. BA, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/nQW09>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-CODETER. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS de Irecê. Irecê, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/etAIR>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS da Costa do Descobrimento. CODETER, CONDESC, NEDET, CAR. Bahia, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/CQR28>. Acessado em: 03 de fevereiro de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO PIEMONTE DO PARAGUAÇU. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável- PTDS PIEMONTE DO PARAGUAÇU. Itaberaba, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/ego36>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO NORDESTE II DO ESTADO DA BAHIA-CODES. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável-PTDS do Semiárido Nordeste II. Cícero Dantas, BA, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/iACJK>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - CODESP. Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Sertão Produtivo-PTDRS. 1. ed. Caetité, BA, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/bfnyD>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - CODESP. Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo. Guanambi, BA, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/qxMR7>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CODES SISAL. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Território do Sisal – PTDSS. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Universidade Estadual de Feira de Santana-

UEFS. Valente, BA, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/vDJ58>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO – CODETER. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS do Velho Chico. SEPLAN, CET. 4^a. ed. Bahia, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/rsuFS>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA-ASCONTEC. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Chapada Diamantina- PTDS. 2^a. ed. Bahia, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/mEMQ7>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA – ASCONTEC. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PTDS do Velho Chico. 2^a. ed. Bahia, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/asxZ2>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA – ASCONTEC. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Corrente. 1^a. ed. Bahia, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/sCDK5>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS de Itaparica. Bahia, [2016]. Disponível em: <encurtador.com.br/girA7>. Acessado em: 03 de fevereiro de 2020.

CODES SISAL. Colegiado de Desenvolvimentos Sustentável do Território do Sisal. Apresenta informações do Território do Sisal. Disponível em: <encurtador.com.br/aHRW9>. Acessado em: 03 de fevereiro de 2020.

COSTA, Wanderley Messias de. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** 9. ed. 1 Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios.** Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

FREITAS, Alan Ferreira de; **FREITAS, Alair Ferreira de;** **DIAS, Marcelo Miná.** Gestão social e políticas públicas de Desenvolvimento Territorial. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 4, n. 1, p. 76-100, jan./mar. 2012.

FERNANDES, Cinira de Araújo Farias (Org.). et al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDS do Litoral Sul.** CODETER, IFBA, UESC. Bahia, 2016. **HAESBAERT, Rogério.** Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-território: revista de geografia agrária,** v. 9, n. 18, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. p. 37-45 2007.

MARENKO, Jose A.; CUNHA, Ana P.; ALVES, Lincoln M. A seca de 2012-15 no semiárido do

Nordeste do Brasil no contexto histórico. **Revista Climanálise**, v. 3, 2016. p. 49-54.

MOREIRA, Carlos Diogo. **Teorias e práticas de investigação**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Aplicadas, 2007. 300p

NÚCLEO DIRETIVO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA COSTA DO DESCOBRIMENTO. Codeter Costa do Descobrimento. Apresenta informações do CODETER Costa do Descobrimento. Disponível em: <encurtador.com.br/suxG8>. Acessado em: 03 de abril de 2020.

NUNES, Élcio Santana (org.). et al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Metropolitano de Salvador**. Salvador, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/gB049>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

REDE EDUCOM IRECÊ. Disponível em <encurtador.com.br/jpGVZ>. Acessado em 17 de abril de 2020.

REDE EDUCOM BAIXO SUL. Disponível em: <encurtador.com.br/lmpC9>. Acessado em: 17 abril de 2020.

REDE EDUCOMUNICATIVA TERRITÓRIO EXTREMO SUL. Disponível em: <encurtador.com.br/nyCP1>. Acessado em: 17 de abril de 2020.

REDE EDUCOMUNICAÇÃO EDUCOM VALE DO JIQUIRIÇÁ. Disponível em: <encurtador.com.br/dnNP0>. Acessado em: 17 de abril de 2020.

REDE EDUCOM CMDS TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. Disponível em: <encurtador.com.br/epuLR>. Acessado em: 17 de abril de 2020.

REDE EDUCOM BACIA DO RIO CORRENTE. Disponível em: <encurtador.com.br/duyS5>. Acessado em: 17 de abril de 2020.

REDE EDUCOMUNICATIVA TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM. Disponível em: <encurtador.com.br/dimsQ>. Acessado em: 18 de abril de 2020.

REDE EDUCOM CODETER TMS. Disponível em: <encurtador.com.br/hrZ36>. Acessado em: 18 de abril de 2020.

REDE EDUCOM- CODETER PORTAL DO SERTÃO. Disponível em: <encurtador.com.br/ivwEP>. Acessado em: 18 de abril de 2020.

REDE EDUCOM CODETER TBRC. Disponível em: <encurtador.com.br/bmnx1>. Acessado em: 18 de abril 2020.

REDE EDUCOM TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO. Disponível em: <encurtador.com.br/fjQV6>. Acessado em: 18 de abril 2020.

REDE EDUCOM BACIA DO JACUIPE. Disponível em: <encurtador.com.br/lzBGR>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM TERRITÓRIO SEMIÁRIDO NE II. Disponível em: < encurtador.com.br/gquxU>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM LITORAL NORTE E AGreste BAIANO. Disponível em: < encurtador.com.br/fhisC>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOMUNICATIVA SUDOESTE BAIANO. Disponível em: < encurtador.com.br/bdexF>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM TERRITÓRIO MÉDIO RIO DAS CONTAS. Disponível em: < encurtador.com.br/dGLP6>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM TERRITÓRIO PIEMONTE DO ITAPICURU. Disponível em: < encurtador.com.br/mvJ02>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM CODETER SISAL. Disponível em: < encurtador.com.br/fwPS0>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM VELHO CHICO. Disponível em: < encurtador.com.br/DWY19>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM CODETER LITORAL SUL. Disponível em: < encurtador.com.br/xzHP6>. Acessado em: 19 de abril 2020.

REDE EDUCOM PIEMONTE DA DIAMANTINA. Disponível em: < encurtador.com.br/qADHR>. Acessado em: 19 de abril 2020.

Rede de Comunicação do Território Piemonte do Paraguaçu/BA. Disponível em: <<https://piemontedoparaguassu.blogspot.com/>>. Acessado 02 de Outubro de 2019.

Regimento Interno CODETER Litoral Sul. Disponível em:< <https://www.facebook.com/territoriolitoralsulbahia>>. Acessado em 22 de abril de 2020.

Regimento Interno CODETER Portal do Sertão. Feira de Santana, 2015.

Regimento interno CODETER Bacia do Rio Grande. Barreiras, 2015. Disponível em:< <https://www.codeterbaciadoriogrande.com.br/pagina-inicial>>. Acessado em 25 de abril de 2020.

Regimento Interno CODETER Velho Chico. In: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO – CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS do Velho Chico.** SEPLAN, CET. 4^a. ed. Bahia, 2018. Disponível em: < encurtador.com.br/rsuFS>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

REGIMENTO INTERNO CODETER BACIA DO RIO GRANDE. Disponível em: < encurtador.com.br/zJYZ0>. Acessado em: 02 de março de 2020.

REGIMENTO INTERNO COLEGIADO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. Disponível em: <encurtador.com.br/rBN03>. Acessado em: 10 de março de 2020.

ROCHA, Marcelo Oliveira. **Política de desenvolvimento territorial na Bahia:** inovação e conservadorismo político. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

ROCHA-RAMOS, Marcílio. **Arquitetura da formação Codeter Ideias-piloto para descoberta e estímulo na formação-rede**, [20-?]. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2019-01/1.%20CODETER.modelo.forma_.pdf>. Acessado em: 13 de abril de 2020.

SANTOS, Claudiene dos; SOUSA, Valdirene Santos Rocha. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário- PTDSS do Médio Rio das Contas**. SEPLAN, SDR, CODETER. Jequié, BA, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 38-55

SILVA, Onildo Araujo da. **Políticas Públicas e Planejamento Territorial**. Feira de Santana: Zarte, 2018.

SILVA, F.P. M. O Território do Sisal. In: ORTEGA, A; PIRES, M. J. S. (Org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual:** um estudo de caso da Bahia. 1 ed. Brasília: Ipea, 2017, v.1, p.151-183.

SOUZA, Éder Júnior Cruz. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia:** regionalização e planejamento. Salvador, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CULTURA. Minuta de regimento interno para as câmaras técnicas de cultura. Feira de Santana, 2016.

TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. Apresenta informações do CODETER Sertão do São Francisco. Disponível em: <<https://tssaofrancisco.blogspot.com/>>. Acessado em: Acessado em: 10 de março de 2020.

Território de Identidade da Chapada Diamantina. Disponível em: <encurtador.com.br/oIUZ2>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

TERRITÓRIO LITORAL SUL BAHIA. Apresenta informações do CODETER Litoral Sul. Disponível em: <encurtador.com.br/mvzAR>. Acessado em: 27 de fevereiro de 2020.

TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE. CODES Bacia do Jacuípe um território em desenvolvimento. Apresenta informações do Colegiado territorial Bacia do Jacuípe. Disponível em: <<https://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com/p/o-conselho.html>>. Acessado em: 27 de março 2020.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRÍCÁ. Disponível em: <<https://www.facebook.com/territoriovoltaedojquirica/photos/a.527911073986893/527910943986906/?type=1&theater>>. Acessado em: 27 de março 2020.

TIMRC. Território de Identidade Médio Rio das Contas. Apresenta informações do CODETER Médio Rio das Contas. Disponível em: <encurtador.com.br/motCV>. Acessado em: 18 de março de 2020.

VIEIRA, Vanessa da Silva. **O Estado e as políticas territoriais na Bahia:** entre o discurso e a prática. Tese de doutorado em Geografia. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2018.